

CECSA-SP inicia suas atividades com protocolos e práticas de educação socioambiental em cenários de eventos extremos

Por Sucena Shkrada Resk para o CECSA-SP

O Centro de Educação e Cooperação Socioambiental (CECSA-SP) realizou suas primeiras ações de articulação e cooperação com diferentes parceiros, no contexto da crise climática, que foram apresentadas em 3 de junho – Dia Nacional da Educação Ambiental, no SESC 24 de Maio, em São Paulo, após uma primeira etapa no dia 2, na Universidade Zumbi dos Palmares, em São Paulo. O evento “Protocolos e Práticas para a Educação Socioambiental em Cenários de Eventos Extremos” reuniu cerca de 150 participantes, divididos nestes dois dias, e resultou em cinco documentos, que deverão ser submetidos a consulta pública, no segundo semestre de 2026.

A iniciativa foi um esforço conjunto do CECSA-SP em parceria com o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) – Educação, subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); o Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima; com a Universidade Zumbi dos Palmares e a ALLMA Hub (Estratégia e Comunicação para Transformações Sociais e Ambientais). A iniciativa teve apoio do SESC, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) de São Paulo.

No dia 3, houve no encontro também uma palestra especial do cientista Carlos Nobre, que falou sobre a situação da crise climática na contemporaneidade, alertando para os “pontos de não retorno”, decorrentes do Aquecimento Global, e sobre a criação de um Painel Científico para Transição Energética Global, com cerca de 60 cientistas, que deverá subsidiar o processo para a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP-31), que ocorrerá em novembro, na Turquia. Esta decisão foi anunciada em 25 de abril de 2026 durante a Primeira Conferência Internacional sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis (pós a COP-30 em Belém, no Brasil), realizada em Santa Marta, Colômbia, que reuniu 57 países e cerca de 4.200 organizações.

Eventos extremos: protocolos a várias mãos

Por meio de oficinas realizadas com educadores e gestores, no dia 02 de junho, na Universidade Zumbi dos Palmares, foram elaboradas propostas para cinco protocolos divididos nas seguintes temáticas: deslizamento de terra, inundações, incêndios, secas e ondas de calor. A metodologia da sistematização técnica foi coordenada pelo CEMADEN – Educação com apoio do CECSA-SP e demais parceiros. Os grupos de trabalho foram estruturados entorno de dois aspectos:

- Água demais (protocolos relacionados a situações de excesso hídrico, como deslizamento de terras e inundações);
- Água de menos (protocolos relacionados a situações de escassez e agravamento climático, como incêndios, secas e ondas de calor).

O público presente contribuiu com foco nas etapas (antes, durante e depois) dos eventos extremos, e se pautaram na transversalidade da Educação Socioambiental e importância dos sistemas de alerta centrados nas pessoas, com comunicação acessível, reforçando o monitoramento comunitário e a capacidade de resposta dos territórios.

Pontos considerados prioritários foram divididos em quatro eixos:

- Conhecimento (diagnóstico participativo, ciência cidadã, memória comunitária);
- Comunicação (linguagem acessível e inclusiva, múltiplos canais, educomunicação);

- Monitoramento (ferramentas tecnológicas e comunitárias, indicadores locais);
- Capacidade de resposta (plano de contingência, brigadas, comitês participativos).

Segundo Rachel Trajber, coordenadora do CEMADEN – Educação, a próxima etapa será a realização de consulta pública sobre os protocolos, que está programada para ocorrer no segundo semestre de 2026. Após a consolidação do conteúdo, haverá o lançamento oficial, que servirá de parâmetro nacional como otimizar a capacidade coletiva de resposta aos desafios da emergência climática.

“Os protocolos têm o objetivo do desenvolvimento da educação socioambiental voltada às atuais questões da emergência climática agora centrada nas pessoas, nas comunidades e como as áreas de gestão podem contribuir nesta mesma linguagem para construir o conhecimento, monitorar e comunicar para induzir à ação de proteção (de capacidade de respostas), usando especialmente educomunicação. Isso depende (por exemplo) das famílias nas escolas aprenderem esse processo. Do que adianta tocar uma sirene, se não se produz o conhecimento do que significa à comunidade. Todos os gestores públicos da educação, do meio ambiente e da saúde precisam estar articulados o tempo todo na construção desse conhecimento”, afirma Rachel.

Por isso, será essencial que haja uma participação contínua neste processo e um efeito multiplicador que some mais grupos, instituições, redes e pessoas neste propósito, de acordo com Giovana Barborsa de Souza, coordenadora do CECSA-SP. “Quanto mais ampla, diversa e territorializada for esta construção, mais potentes serão os protocolos e sua eficiência prática diante da emergência climática”, avalia.

“Esta iniciativa representa um conjunto de convergências extremamente significativa para a educação ambiental de promover uma cidadania ativa para o enfrentamento dos eventos climáticos extremos no estado de São Paulo, se expandindo para o Brasil”, considera Marcos Sorrentino, diretor do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do MMA.

Isis Morimoto, coordenadora geral de Cidadania do MMA, enfatiza que o exercício colaborativo nas oficinas foi um processo de inteligência coletiva e de instituir uma cultura de cooperação.

Os protocolos discutidos nas oficinas tiveram diversos aspectos abordados, como justiça ambiental, intercâmbio de tecnologias sociais e educomunicação. Um ponto relevante foi a necessidade de fomentar a cultura da cooperação em momentos de escassez, como nas secas. Em alguns contextos, que historicamente lidam com este tipo de desafio, isso pode estar internalizado nas pessoas”, destaca Maria Paula Pires de Oliveira, coordenadora da CIEA.

Segundo ela, a educação socioambiental não se limita a preparar pessoas para enfrentar crises de forma estrutural ou estratégica – embora isso também seja importante –, mas envolve sobretudo valores de sociedade. “Esse é, ao mesmo tempo, o maior desafio e o maior potencial que temos: promover mudanças culturais e éticas capazes de transformar a forma como lidamos com os problemas socioambientais que nos afetam”.

O professor Mauro Viana, coordenador do Núcleo Segurança do Futuro da Universidade Zumbi dos Palmares, considera que o que há de mais valioso nos protocolos elaborados pelos Gts é justamente a sua construção coletiva territorializada. “Não se trata de documentos genéricos. São protocolos forjados com identidade própria, voltados para as realidades vividas pelas comunidades que a universidade representa e atende. As temáticas cobrem os principais eventos extremos que ameaçam populações em situação de vulnerabilidade, e a estrutura adotada com ações antes até depois de cada evento. Este aspecto transforma estes protocolos em ferramentas realmente operacionais”.

De acordo com Viana, a educação socioambiental entra como elemento central e insubstituível. “É o elo que conecta o protocolo às pessoas, vira cultura, prática comunitária e capacidade de resposta real. Formar agentes locais, sensibilizar lideranças, integrar escolas e associações de bairro a esse processo. Tudo isso amplia o alcance e a efetividade do que foi construído, e que consideramos de importância extraordinária para o avanço de nosso trabalho”.

Para Alessandro Bender, secretário-executivo de Mudanças Climáticas do município de São Paulo, os protocolos são essenciais para se capilarizar o processo de construção de conhecimento a respeito das mudanças climáticas e também fortalecer a rede de enfrentamento dos desafios. “Pois têm muito a ver com os cenários que a gente percebe, de situações de emergência climática. Neste segundo semestre também há um alerta quanto a intensidade do El Niño ser mais potente. Na Prefeitura, a gente se prepara tanto do ponto de vista interno, como também para dar suporte a outras entidades e cidades que precisem da ajuda da gente”.

“Os protocolos são importantes diante do cenário de eventos extremos e a situação crítica que estamos vivendo. Os cientistas já tem nos alertado há muito tempo”, diz Denise Baena, gerente de Educação para a Sustentabilidade e Cidadania do SESC – SP. Há necessidade de se atuar na prevenção e combater o negacionismo climático pelo caminho coletivo, segundo ela, reforçando que o SESC-SP está ampliando também seus centros de Educação Ambiental. Além das unidades de Bertogã, Mogi das Cruzes e Guarulhos, as mais recentes são de Marília e Registro, que se somam neste esforço ao CECSA-SP e demais parceiros. “Estamos juntos neste debate”.

Exercício de cidadania

Cibelle Dirce dos Santos, coordenadora do Centro de Formação de Educação Integral de Diadema, que participou da oficina, no eixo dos deslizamentos, considera importante que as discussões no grupo se transformaram em propostas que terão desdobramentos nas áreas governamentais. “Desde a questão da prevenção, das ações a serem realizadas a avaliação dos processos. Isso vai trazer elementos ao conteúdo curricular da Educação, pois as diretrizes estão alinhadas, neste sentido, como também ao Ministério do Meio Ambiente, e faz com que a proposta pedagógica chegue na ponta. Nosso município apresenta várias questões ambientais, desde ilhas de calor, regiões de alagamento e deslizamentos, por isso, é importante a prevenção”, disse.

Para Célia Aparecida da Silva, coordenadora da Igualdade Racial de Diadema, os protocolos reforçam o trabalho de campo de levantamento de áreas de risco que está sendo feito no município pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), por meio do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. “Podemos constatar o perigo das moradias nas encostas e o protocolo é uma forma de levar este conteúdo às pessoas em vulnerabilidade. Este será nosso desafio. Discutimos também questões de respeito à ancestralidade, como os antepassados conseguiam compreender as mudanças da natureza e tudo isso acabou sendo perdido ao longo do tempo, que possibilita prevenir estas calamidades”.

O coordenador editorial Jorel Kulik, que participou do GT voltado ao protocolo relacionado às ondas de calor, expôs que o que mais chamou sua atenção neste exercício participativo foi a percepção a respeito do problema. “Constatamos as diferenças de efeitos no país e para mim foi significativo, pois apesar de estarmos vendo sempre notícias a respeito deste tema, a gente não se dá conta de nossa responsabilidade frente a estes diversos fatores”.

Do recorte institucional às práticas territoriais

As oficinas, no dia 2 de junho, foram precedidas, na abertura do evento, pela participação de João Paulo Capobianco, ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); por Marcos

Sorrentino, diretor de Educação Ambiental e Cidadania do MMA; por Fabio Buonavitta, superintendente do IBAMA; por José Vicente, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares; por Ana Paula Marques Dugaich, da ALLMA; por Eduardo Murakami da Silva, do Núcleo de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo; por Virgínia Baglini Chiaravalloti, do SESC 24 de Maio e pelo coordenador da Secretaria-Executiva de Mudanças Climáticas do Município de São Paulo (SECLIMA), Alessandro Bender.

Na sequência, ocorreram dois painéis. O primeiro tratou da atuação institucional de experiências de enfrentamento climático, que teve como foco a convergência entre monitoramento científico, saberes tradicionais, política de preservação e o papel estratégico da educação socioambiental na construção de territórios resilientes. Sob mediação de Isis Morimoto, coordenadora geral de Cidadania do MMA, houve a participação de Rachel Trajber, do CEMADEN – Educação; de Leila Vendrametto, do Instituto Alana; de representantes do Monitora EA e do Prev Fogo do IBAMA, da Secretaria Nacional de Mudança do Clima do MMA; da professora-Doutora Gessika Marcelo Gomes, coordenadora do Programa Climáticos, da Universidade Zumbi dos Palmares.

O segundo apresentou experiências nos territórios, destacando um diálogo essencial entre ancestralidade, a gestão pública local por meio de estratégias de adaptação, resposta a desastres e reconstrução territorial. Nesta parte, as narrativas foram expostas por Marcio Boggarin, liderança indígena da comunidade do Jaraguá, em São Paulo; por Natália Moradei, liderança de São Luís de Paraitinga, SP; por Davi Dias da Rocha, liderança da comunidade União dos Atingidos de São Sebastião; por Ana Dugaich, da ALLMA, sob mediação de Giovana Barbosa de Souza, do CECSA-SP.